

## PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 13

**Lajeado Energia S.A.**  
CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas:  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Nota	31/12/2021	31/12/2020	
<b>ATIVO</b>									
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa									
4	37.459	32.950	167.889	121.502		17	21.067	24.051	17.271
6	326	384				8	117.015	75.723	17.015
Concessionárias	5	76.898	62.802	77.838	64.090	8	9.501	8.750	14.171
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	617	3.651	6.773	14.531	11	167.661	175.162	174.186
Outros tributos compensáveis	8	2.361	4.385	2.518	5.419	18	152.086	150.429	152.086
Dividendos a receber	11	10.102	13.658			19		3.705	4.724
Prêmio de risco - GSF	12	2.701	2.701	2.749	2.749	20		50	55
Rendas a receber	7		2.927	3.429		21		7.727	6.411
Outros créditos	13	8	16	8.046	7.364	22		6.424	4.556
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>130.472</b>	<b>120.547</b>	<b>268.740</b>	<b>219.084</b>		<b>13</b>	<b>10.134</b>	<b>8.645</b>	<b>13.444</b>
<b>Não circulante</b>						<b>13</b>	<b>477.464</b>	<b>442.760</b>	<b>506.079</b>
Títulos a receber	6	7.855	7.593			<b>17</b>	<b>21.067</b>	<b>24.051</b>	<b>17.271</b>
Tributos diferidos	9		19.524			<b>8</b>	<b>117.015</b>	<b>75.723</b>	<b>17.015</b>
Prêmio de risco - GSF	12	16.884	19.585	17.184	19.932	<b>8</b>	<b>9.501</b>	<b>8.750</b>	<b>14.171</b>
Outros créditos	13	265	1.086	1.769	2.539	<b>11</b>	<b>167.661</b>	<b>175.162</b>	<b>174.186</b>
Investimentos	25.004	47.788	18.953	41.995		<b>18</b>	<b>152.086</b>	<b>150.429</b>	<b>152.086</b>
Imobilizado	14	982.211	1.008.470			<b>19</b>			
Intangível	15	788	104	983.980	1.015.207	<b>20</b>			
	16	219.081	93.862	551.734	457.723	<b>21</b>			
<b>Total do Ativo Não circulante</b>	<b>1.202.080</b>	<b>1.102.436</b>	<b>1.535.714</b>	<b>1.472.930</b>		<b>22</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.227.084</b>	<b>1.150.224</b>	<b>1.554.667</b>	<b>1.514.925</b>		<b>13</b>	<b>10.134</b>	<b>8.645</b>	<b>13.444</b>
						<b>13</b>	<b>477.464</b>	<b>442.760</b>	<b>506.079</b>
						<b>17</b>	<b>21.067</b>	<b>24.051</b>	<b>17.271</b>
						<b>8</b>	<b>117.015</b>	<b>75.723</b>	<b>17.015</b>
						<b>8</b>	<b>9.501</b>	<b>8.750</b>	<b>14.171</b>
						<b>11</b>	<b>167.661</b>	<b>175.162</b>	<b>174.186</b>
						<b>18</b>	<b>152.086</b>	<b>150.429</b>	<b>152.086</b>
						<b>19</b>			
						<b>20</b>			
						<b>21</b>			
						<b>22</b>			
						<b>23</b>			
						<b>24</b>			
						<b>25</b>			
						<b>26</b>			
						<b>27</b>			
						<b>28</b>			
						<b>29</b>			
						<b>30</b>			
						<b>31</b>			
						<b>32</b>			
						<b>33</b>			
						<b>34</b>			
						<b>35</b>			
						<b>36</b>			
						<b>37</b>			
						<b>38</b>			
						<b>39</b>			
						<b>40</b>			
						<b>41</b>			
						<b>42</b>			
						<b>43</b>			
						<b>44</b>			
						<b>45</b>			
						<b>46</b>			
						<b>47</b>			
						<b>48</b>			
						<b>49</b>			
						<b>50</b>			
						<b>51</b>			
						<b>52</b>			
						<b>53</b>			
						<b>54</b>			
						<b>55</b>			
						<b>56</b>			
						<b>57</b>			
						<b>58</b>			
						<b>59</b>			
						<b>60</b>			
						<b>61</b>			
						<b>62</b>			
						<b>63</b>			
						<b>64</b>			
						<b>65</b>			
						<b>66</b>			
						<b>67</b>			
						<b>68</b>			
						<b>69</b>			
						<b>70</b>			
						<b>71</b>			
						<b>72</b>			
						<b>73</b>			
						<b>74</b>			
						<b>75</b>			
						<b>76</b>			
						<b>77</b>			
						<b>78</b>			
						<b>79</b>			
						<b>80</b>			
						<b>81</b>			
						<b>82</b>			
						<b>83</b>			
						<b>84</b>			
						<b>85</b>			
						<b>86</b>			
						<b>87</b>			
						<b>88</b>			

## PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 14

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Durante o período de avaliação, ocorreu a tramitação e aprovação da MP nº 1.031/21 (MP da Eletronáutica) em 23 de fevereiro de 2021 no Senado, com emenda incorporada ao texto legal para reconhecer o resarcimento do risco não hidrológico para as usinas no período prévio à repartição do ACR da Lei nº 13.203/2015.

O Ativo constituído pela repartição do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 - Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. O montante foi transformado pela ANEEL em extensão do prazo de outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repartição. Portanto, a Companhia procedeu com o registro contábil em 31 de dezembro de 2020 (R\$03.862) e 31 de março de 2021 (R\$4.554), conforme as estimativas divulgadas pela CCEE e os acréscimos acitados pela ANEEL.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182/21, em conversão da MP nº 1.031, que trata da desestatização da Eletronáutica. Entre outros termos, quanto ao GSF, o art. 18 da referida Lei alterou a Lei nº 13.203/15 para que a parcela da energia do ACR pré-2015 considerada não repartida, permitindo agora sua repartição nos mesmos termos da Lei nº 14.052/20 (GSF do ACR). Em 30 de setembro de 2021 a Companhia procedeu com mais um registro contábil de R\$10.923, totalizando, no exercício um incremento de 18,5 meses (correspondente a R\$229.338) no prazo de sua concessão. O referido registro foi efetuado no Intangível em contrapartida de Gastos operacionais (Nota 25).

Adicionalmente, em 12 de agosto foi publicada a REH nº 2.919/21 e em 14 de setembro a REH nº 2.932/21, que homologam o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE e os valores referentes ao caput do art. 2º-D da Lei nº 13.203 de 2015. Com as referidas homologações, iniciou-se o prazo de 60 dias para que as usinas listadas procedessem à repartição. O prazo encerrou sim 10 de outubro de 2021. Assim sendo, o registro do incremento estimado de 18,5 meses na sua concessão foi efetuado conforme acima mencionado.

## 1.1 Uso do bem público

A Investiga, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga a União, de 7% ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um décimo avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$6.697, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IPC-M. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente remanescente da obrigação é de R\$66.097 (R\$58.771 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 21). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicaria, à juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

## 1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&amp;D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a legislação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 13).

## 2 Base de preparação

## 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avalia a capacidade da Companhia e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuamente operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de janeiro de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

## 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o custo histórico como base de valor exato: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 29.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação do reconhecimento do superávit atuarial, conforme nota 20.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, excepto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7 e 24); Recuperação do Imposto de renda e contribuição social diferida (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguel; Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 15 e 16); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (Nota 22.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 22.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2.1).

## 2.5 Modo funcional e modo de apresentação

A moeda funcional da Companhia e da controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para a milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 14).

A Companhia controla a Investiga e efetua a consolidação integral das suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora e sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As bases das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destinação dos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

## 2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrado em 2021 92% (89% em 2020) da receita operacional bruta consolidada.

## 2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

## Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis, exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

## Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu:

A Administração da Companhia analisa os possíveis impactos oriundos da pandemia da COVID-19, em relação à sua posição patrimonial e financeira, com o objetivo de identificar a existência de fatores que requerem a realização do teste relativo ao valor recuperável de seus ativos não financeiros. Como resultado dessa avaliação, a Administração da Companhia conclui com base em suas análises, que nesse momento não há indicativos quanto a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros.

## 2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitem novas normas e reavalia as normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

## 2.9.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.2 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.3 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.4 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.5 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.6 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.7 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.8 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.9 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.10 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.11 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.12 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.13 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.14 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.15 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.16 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.17 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.18 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.19 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.20 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.21 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.22 Normas homologadas pelo CPC

As normas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem:

## 2.9.23 Normas homologadas pelo CPC

## PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 15

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	A partir de 2030	Total Não Circulante
	6.021	5.766	5.510	4.544	4.288	11.811	9.706	47.646
	Consolidado							
	10.290	10.035	9.779	7.422	7.166	20.409	9.706	74.807

## 10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 11), dos saldos a pagar e a receber relativos ao contrato de arrendamento da UHE Lajeado (Notas 7 e 17) e dos montantes a pagar e a receber relativos às ações preferenciais da classe "A", "B" e "C" da Investco (Notas 6.1 e 19), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentados como segue:

## Controladora

	Ativo	Passivo	Receitas (Despesas) Operacionais	
	Circulante	Não circulante	2021	2020

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
----------------	---------------------------	---------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------	------

Controle comum	269,90	01/01/2008 a 31/12/2037	2	2					27	26
Controle comum	272,24	01/01/2009 a 31/12/2038	15	14					123	118
Controle comum	253,53	01/01/2009 a 31/12/2038	50	45					400	384
Controle comum	12/12/2001 a 28/02/2021	16.238							40.376	228.144
Controle comum	01/03/2021 a 31/12/2024	9.719							99.177	
Controle comum	01/03/2021 a 31/03/2021								5.087	
Controle comum	01/04/2021 a 30/04/2021								3.556	
Controle comum	01/12/2020 a 31/12/2020								22.095	
Controle comum	01/05/2021 a 30/05/2021								4.082	
Controle comum	01/07/2021 a 31/07/2021								5.561	
Controle comum	01/08/2021 a 31/08/2021								6.813	
Controle comum	01/09/2021 a 30/09/2021								5.208	
Controle comum	01/12/2021 a 31/12/2021	5.208							6.852	
Controle comum	01/10/2021 a 30/10/2021								7.121	
Controle comum	01/11/2021 a 31/11/2021	2.399							57	54
Controle comum	01/12/2021 a 31/12/2021								103	98
Controle comum	01/01/2009 a 31/12/2038	13	8						336	320
Controle comum	248,46	01/01/2009 a 31/12/2038	41	36					1.866	
Controle comum	39,68	01/04/2020 a 30/04/2020								
Controle comum	348,16	01/03/2020 a 31/03/2020							1.806	
Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Controle comum	01/01/2003 a 16/12/2032	1.494							3.007	17.701
Controle comum		17.454	17.841						222.481	250.537

## PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 16

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO E 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

## 13.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13.3 Encargos setoriais

Do saldo total consolidado em 31 de dezembro de 2021 de R\$9.903 (R\$8.402 em 31 de dezembro de 2020), R\$5.893 (R\$5.221 em 31 de dezembro de 2020) referem-se às obrigações a decorrer no programa de P&D registrados pela Companhia e sua controlada e são apurados nos termos da legislação setorial, com exceção das obrigações de P&D aprovadas pelo Conselho Técnico que aplicam 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

## 14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na investida, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhado de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

## 14.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Nota	Controladora			% Participação direta			
		Saldo em 31/12/2020	Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2021	31/12/2021
Investimento		663.788	20.131	(17.865)	199	666.253	73.00	73.00
Investimento de Concessão	14.1.1	344.682	(28.724)	315.958				
Total		1.008.470	(28.724)	20.131	(17.865)	199	982.211	

## 14.1.1 Direito de Concessão

Refer-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICP-09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investida.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 16).

## 14.2 Participação direta do investimento

	Nota	Investimento		31/12/2021		31/12/2020	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)							
Ordinárias				293.608	293.608		
Preferenciais				197.007	197.007		
% de participação da Companhia							
Capital social integralizado				62.39	62.39		
Capital suspenso				73.00	73.00		
Ativos totais				1.150.301	1.157.932		
Passivos (Circulantes e Não circulantes)				245.624	248.631		
Patrimônio líquido				912.677	909.301		
Receitas				126.818	146.886		
Resultado líquido do exercício				27.576	34.442		

## 14.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do investimento

	Nota	Investimento		31/12/2020		31/12/2021	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido - Saldo inicial		809.301	919.644				
Distribuição de dividendos aos acionistas		(24.472)	(44.832)				
Lucro líquido do exercício		27.576	34.442				
Outros resultados abrangentes		272	47				
Patrimônio líquido - Saldo final		912.677	909.301				

Percentual da participação societária - %

Participação nos investimentos

Direito de concessão

Saldo contábil do investimento na Controladora

## 15 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução no valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos o valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

## 15.1 Composição do Imobilizado

	Nota	Controladora			31/12/2020				
		Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço									
Administrativa		6,25	58	(58)	-	6,25	58	(58)	-
Móveis e utensílios									
Total do Imobilizado em serviço		6,25	58	(58)	-	6,25	58	(58)	-
Ativos de direito de uso (Nota 15.1.1)									
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,33	847	(59)	788	49,30	364	(260)	104	
Veículos									
Total Ativos de direito de uso		847	(59)	788		413	(309)	104	
Total do Imobilizado		905	(117)	788		471	(367)	104	

	Nota	Consolidado			31/12/2020				
		Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço									
Administrativa									
Móveis e utensílios									
Total do Imobilizado em serviço		1.607.048	(645.884)	961.164		1.601.005	(611.024)	989.981	

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido




<tbl\_r cells="9" ix

## PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 17

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Para todas as emissões:
  - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
  - (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
  - (iii) pedido de autofalência, liquidação, dissolução ou decretação de falência;
  - (iv) se a Emissora proponer plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; e
  - (v) descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual julgamento, de boa-fé, pela Companhia de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos.
  - Específicas para a 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> emissões:
  - (i) realização, pela Emissora, de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária, exceto se referida alienação: (a) não resultar em alteração de controle; (b) por previsão autorizada por debenturistas representando pelo menos 2/3 das debêntures em circulação; ou (c) tiver sido assegurada aos debenturistas, durante o prazo mínimo de 6 meses após a publicação dos atos, o direito de resgatar as debêntures de sua titularidade;
  - (ii) protesto de títulos, contra a Emissora ou contra a controlada, em valor individual ou agregado, superior a R\$75.000, não sanado no prazo de 10 dias; e
  - (iii) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.
  - Específicas para a 5<sup>a</sup> emissão:
  - (i) transformação da forma societária da Companhia de sociedade para ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
  - (ii) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 acima e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
  - (iii) rescisão, caducidade, encampação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão;
  - (iv) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;
  - (v) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era legítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
  - (vi) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção ou não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o exercício de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia;
  - (vii) revelarem-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Companhia nessa Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação aquelas relacionadas à Legislação Socioambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;
  - (viii) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), de forma individual ou agregado, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação; e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
  - (ix) inadimplimento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplimento; e
  - (x) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).
- Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de emissão de debêntures.

## 19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

## 19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Característica	Forma de pagamento	Consolidado					
			31/12/2021			31/12/2020		
			Encargos	Principal	Circulante	Encargos	Principal	Não circulante
Ações recebíveis cumulativa	Dividendos anuais e pagamento do principal		3.705	31.112	57.744	92.561	4.724	32.767
Total			3.705	31.112	57.744	92.561	4.724	32.767

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$144.556, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$92.561 (R\$90.614 em 31 de dezembro de 2020) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação da ação.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

## 19.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

Circulante	Juros	Consolidado					
		Valor líquido em 31/12/2020	Pagamentos	Juros provisionados		Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2021
				(Nota 19.2.1)	Transferências		
Não circulante	Principal	53.123	-	-	-	4.621	57.744
Não circulante	Juros	32.767	-	(4.339)	2.684	31.112	32.767
Total		85.890	-	(4.339)	7.305	88.856	90.614

## 19.2.1 Juros provisionados

Referem-se aos dividendos intermediários e complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Investco, registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 26).

## 19.3 Vencimento das parcelas

Circulante	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2020	Pagamentos	Juros provisionados		Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2021
			(Nota 19.2.1)	Transferências		
Circulante	4.724	(7.738)	2.380	4.339	-	3.705
Não circulante	4.724	(7.738)	2.380	4.339	-	3.705

## 20 Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada mantêm atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e a controlada Investco mantém plano de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projektado.

A Investco reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data de demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica da Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

## 20.1 Asssistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2021 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido.

Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo no exercício:

Nota	Consolidado					
	Circulante	Não circulante	Valor presente das obrigações do plano			
			(1.551)	(75)	1.284	1.501

## 20.2 Contribuição definida

A Companhia, sua controlada e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Energie, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionamente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e a controlada contribuiram no exercício com R\$303 (R\$283 em 2020). Esses planos em 31 de dezembro de 2021 tem a adesão de 53 colaboradores (49 em 31 de dezembro de 2020).

## 21 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisoriamente e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 16) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implicit

## PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 18

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada podem vender energia produzida na UHE Lajeado em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACR, com a comercialização de energia regulada, por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

• **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

	Controladora				Consolidado			
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Suprimento - Faturado	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Energia de curto prazo	3.470.531	3.363.539	771.560	690.008	3.505.314	3.402.885	780.617	698.933
Arrendamentos e aluguéis	7.140	6.941	9.709	823	8.370	7.114	9.883	
Receta operacional bruta	3.470.531	3.370.679	815.253	742.841	3.506.137	3.411.255	860.393	793.822
(-) Descontos à receita operacional								
Total sobre a receita								
PIS/COFINS								
P&D								
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH								
Outros encargos								
Receitas	3.470.531	3.370.679	716.237	651.036	3.506.137	3.411.255	757.362	696.979

## 24.1 Suprimento - Faturado

A variação no exercício é decorrente do maior volume de energia vendida, resultante do aumento dos contratos bilaterais estabelecidos pela Companhia.

## 25 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora				Consolidado				
	Nota	2021	2020	2021	2020	Nota	2021	2020	
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	102.689	51.855	102.689	51.855	25.1	102.689	51.855	
Encargos de uso da rede elétrica									
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.4	(135.476)		(135.476)		25.2	2.474	2.474	
Material							39	39	
Serviços de terceiros	25.3					1.569	1.569		
Depreciação - Ativos de direito de uso						181	181		
Amortização						39.017	39.017		
Provisões civis, fiscais e trabalhistas						321	321		
Arrendamentos e aluguéis						86.168	86.168		
Outras						926	926		
Total	19.380	86.168	44.222	321	150.091				
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	102.050	52.573	102.050	52.573	25.4	166.986	48.122	
Encargos de uso da rede elétrica						944	3.858	1.219	
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.4	(135.476)		(135.476)		25.3	3.858	10.803	
Material						35.266	141	35.041	
Serviços de terceiros	25.3					3.407	480	480	
Depreciação - Imobilizado em serviço						3.522	28.821	32.343	
Depreciação - Ativos de direito de uso						100.944	151	100.944	
Amortização						1.009	321	1.009	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas						520	117	637	
Arrendamentos e aluguéis						2.068	95	2.810	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						316	331	316	
Outras						19.463	60.462	53.608	
Total	123.472	57.793	46.085	212	227.562				
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	102.050	52.573	102.050	52.573	25.4	166.986	48.122	
Encargos de uso da rede elétrica						944	3.858	1.219	
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.4	(135.476)		(135.476)		25.3	3.858	10.803	
Material						34.908	166	35.041	
Serviços de terceiros	25.3					3.522	28.821	32.343	
Depreciação - Imobilizado em serviço						1.009	151	100.944	
Depreciação - Ativos de direito de uso						1.009	321	1.009	
Amortização						520	117	637	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas						2.068	95	2.810	
Arrendamentos e aluguéis						316	331	316	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						19.463	60.462	53.608	
Outras						1.009	321	1.009	
Total	123.472	57.793	46.085	212	227.562				
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	102.050	52.573	102.050	52.573	25.4	166.986	48.122	
Encargos de uso da rede elétrica						944	3.858	1.219	
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.4	(135.476)		(135.476)		25.3	3.858	10.803	
Material						34.908	166	35.041	
Serviços de terceiros	25.3					3.522	28.821	32.343	
Depreciação - Imobilizado em serviço						1.009	151	100.944	
Depreciação - Ativos de direito de uso						1.009	321	1.009	
Amortização						520	117	637	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas						2.068	95	2.810	
Arrendamentos e aluguéis						316	331	316	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						19.463	60.462	53.608	
Outras						1.009	321	1.009	
Total	123.472	57.793	46.085	212	227.562				

## 25.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício de 2021 deve-se substancialmente a compra de energia para constituição de lastro em 2020, com intuito estratégico de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, o que não ocorreu de forma relevante em 2021, compensado pelo aumento do PLD médio em 2021 quando comparado ao exercício anterior.

## 25.1.2 Contratação de energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se ao maior PLD em 2021, que alcançou média de R\$280/MWh (Submercado SE/CO) no exercício de 2021, em comparação com R\$177/MWh em 2020, influenciado pela crise hídrica, além de um maior desvio no GSF médio.

## 25.1.3 Outros

Os montantes referem-se substancialmente a (i) Encargo de deslocamento hidráulico, que

## PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 19

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(iii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas apções preferenciais de classe "A", "B" e "C" da Investco mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(iv) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incidindo até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(v) Arrendamentos e alugéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transferem o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(vi) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restituição e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

## 29.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais alto é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de instrumentos financeiros no exercício.

## 29.2 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP - Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão de Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP - Energias do Brasil possui uma área de Gestão de Riscos e Segurança, responsável por gerências Executivas de Riscos e Crise, Cyber Segurança e Segurança do Trabalho, a qual realiza a gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios. As atividades de gestão de risco, Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna da EDP Brasil seguem o conceito das três linhas de defesa.

A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma de Riscos Corporativos, documentos esses atualizados no exercício de 2021 e aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSMO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

O Grupo EDP - Energias do Brasil atualiza anualmente seu Mapa de Riscos atualizado, de forma colegiada pela Liderança e aprovado no Comitê de Auditoria. Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro grupos: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro; (4) Operacional e desdobrados em 50 categorias de risco.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparéncia e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

## 29.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 18, possuem como contraparte os agentes fiduciários Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

Com a pandemia da COVID-19 a Administração da Companhia avalia as suas principais exposições tendo concluído que, no exercício, não há incremento de risco significativo de mercado, conforme exposto acima.

## 29.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até o dia de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas no referido Fórum do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Controladora							
		Saldo da exposição	Até 1 ano	5 anos	Provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)
Aplicação financeira - CDB	CDI	34.833	3.212	-	3.212	796	1.590	(799)	(1.600)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	34.833	3.212	-	3.212	796	1.590	(799)	(1.600)
Debêntures	CDI	(151.503)	(34.190)	(22.014)	(56.204)	(12.553)	(25.047)	12.895	25.861
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(151.503)	(34.190)	(22.014)	(56.204)	(12.553)	(25.047)	12.895	25.861
		(116.670)	(30.978)	(22.014)	(52.992)	(11.757)	(23.457)	12.096	24.261

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI apresentou seu intervalo entre 6,9% e 11,2% a.a.

## 29.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de sua controlada em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia e sua controlada são apresentadas nas notas 18 e 19.

A Administração da Companhia e de sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de sua controlada são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Concessões (Nota 5) cujos saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 31.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

Operação	Risco	Controladora							
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)
Aplicação financeira - CDB	CDI	164.344	10.260	-	10.260	2.527	5.039	(2.542)	(5.098)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	164.344	10.260	-	10.260	2.527	5.039	(2.542)	(5.098)
Debêntures	CDI	(151.503)	(34.190)	(22.014)	(56.204)	(12.553)	(25.047)	12.895	25.861
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(151.503)	(34.190)	(22.014)	(56.204)	(12.553)	(25.047)	12.895	25.861
		(2.728)	4.401	166.140	207.403	107.239	510.461	486.289	

O risco de liquidez da Companhia e de sua controlada é representado por uma curva de fluxos de caixa futuros que é gerada a partir da projeção de vencimento das obrigações assumidas.

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de sua controlada em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia e sua controlada são apresentadas nas notas 18 e 19.

A Administração da Companhia e de sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de sua controlada são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Concessões (Nota 5) cujos saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 31.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

Operação	Risco	Controladora							
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)
Aplicação financeira - CDB	CDI	164.344	10.260	-	10.260	2.527	5.039	(2.542)	(5.098)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	164.344	10.260	-	10.260	2.527	5.039	(2.542)	(5.098)

## PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 20

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
<b>Luiz Otávio Assis Henriques</b> Conselheiro <b>Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire</b> Conselheiro	<b>João Manuel Veríssimo Marques da Cruz</b> Conselheiro
	<b>Jonatan Ross</b> Conselheiro <b>Marcelo Nascimento Cabral da Costa</b> Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
<b>Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho</b> Diretor Técnico	<b>Luiz Otávio Assis Henriques</b> Diretor-Presidente e Diretor Executivo
	<b>Luiz Felipe Falcone de Souza</b> Diretor

CONTABILIDADE	
<b>Leandro Carron Rigamontte</b> Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	<b>Renan Silva Sobral</b> Gestor de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O-6

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Lajeado Energia S.A.  
 Lajeado Energia S.A.  
 São Paulo - SP

**Opinião**  
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lajeado Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidadoras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lajeado Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**  
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principal assunto de auditoria**  
 Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

**Ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor - GSF (extensão do prazo de concessão (ativo intangível - direito de concessão)-)** (Consulte as notas explicativas 1.1, 16.2 e 25 às demonstrações financeiras) - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 08 de setembro de 2020, o Governo Federal promulgou a Lei nº 14.052/2020 e em 12 de julho de 2021 a Lei nº 14.182/2021, com a finalidade de repartir o GSF para as geradoras que atuam no Ambiente de Contratação Livre - ACL e Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, a qual regulamenta a respectiva Lei. Como resultado da Lei nº 14.052/2020, com o complemento da lei 14.182/2021, e Resolução Normativa 895/2020, a Companhia decidiu por essa repartição. Como consequência, quando aplicável, a Companhia terá que: (i) liquidar integralmente o saldo de GSF a pagar; (ii) desistir judicialmente e em caráter permanente de suas ações judiciais relacionadas ao GSF; (iii) assinar termo aditivo de contrato de concessão, que dentre outros efeitos, assegurará uma extensão no prazo de concessão para Companhia, totalizando um incremento estimado 18,5 meses, nos quais os impactos contábeis foram registrados ao longo dos exercícios de 2020 e 2021, por meio de uma adição ao ativo intangível (Direito de concessão - Outros) em contrapartida de uma recuperação de gastos operacionais do GSF, sendo o montante de R\$93.862 mil contabilizado em 31 de dezembro de 2020 e o montante de R\$ 135.476 mil totalizando um ativo intangível registrado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 229.338 mil.

Esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, uma vez que envolve montantes relevantes, além de estimativas também relevantes de taxa de desconto, em relação ao reconhecimento e mensuração do valor justo dos ativos intangíveis.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
 Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das principais premissas e dados utilizados no cálculo da estimativa do valor justo relacionado ao direito de concessão efetuado da Companhia, bem como, comparação dos dados utilizados como base de cálculo da estimativa do incremento de extensão do prazo de concessão com as informações publicadas na Lei nº 14.052/2020, Lei nº 14.182/2021 e Resolução Normativa 895/2020 publicada pela ANEEL, e cálculo final homologado pela ANEEL, durante o exercício de 2021; (ii) envolvimento dos nossos especialistas tributários para análise dos efeitos tributários imposta devido ao direito de concessão; (iii) realização de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, com base nos montantes e condições disponibilizadas na Lei nº 14.052/2020, Lei nº 14.182/2021 e Resolução Normativa 895/2020 publicada pela ANEEL; (iv) obtivemos a ata de aprovação da Diretoria da Companhia deliberando a formalização sobre o aceite aos termos de repartição que foram protocolados junto a ANEEL, e por consequência a formalização da desistência da ação judicial para adesão aos termos propostos pela ANEEL e (v) avaliação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do ativo intangível, os quais parte deles foram registrados fora do regime de competência, porém, considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o reconhecimento e mensuração do valor justo do ativo intangível, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**  
 As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios

definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha outra alternativa realista para invadir a base contábil das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissione ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamo-nos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente ao objeto de auditoria com os responsáveis pela governança, determinamos aquela que foi considerada como mais e significativa na audição das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de Fevereiro de 2022

**KPMG**  
 KPMG Auditores Independentes  
 CRC SP14428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori  
 Contador CRC 1SP245014/O-2

www.sdp.com.br



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa

Diário de Notícias em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA:** A autenticidade deste documento

pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link

<https://diariodenoticias.com.br/index.php/print/newspaper>